

Comércio internacional de produtos agrícolas Alca e OMC¹

G. Edward Schuh²

Num importante período, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil seguiu uma política de industrialização de substituição de importação (ISI), na qual se assentava a política de desenvolvimento econômico. A política de substituição de exportação favoreceu a indústria com elevados níveis de proteção, e, ao mesmo tempo, discriminou severamente a agricultura, pela via das políticas de comércio internacional. Por um longo período, a taxa de câmbio permaneceu sobrevalorizada, impondo, assim, um imposto de exportação implícito de caráter geral, mas o qual incidiu mais pronunciadamente sobre agricultura, em função do maior valor de suas exportações, comparado com as da indústria e de seu potencial exportador. Ainda, o Brasil estabeleceu um grande número de taxas de exportação explícitas e confiscos sobre as exportações agrícolas, limitando fortemente o acesso dos agricultores aos mercados externos. Aquela posição conflitava com a grande maioria das medidas protecionistas do tempo, e, ainda, excluía delas os produtos industriais que obedeciam outras regras que favoreciam as exportações dos mesmos.

Na década de 60, ficou claro que aquelas políticas produziram efeitos contrários aos esperados como um meio de gerar

crescimento e desenvolvimento econômico, assentado numa ampla base. Enquanto houve um crescimento rápido do setor industrial, o mesmo não foi verdadeiro, no que diz respeito ao emprego. Ainda, como consequência das medidas protecionistas, emergiu um setor industrial ineficiente que não se tornou capaz de competir, em escala internacional, e uma política de desenvolvimento econômico, limitada quanto ao impacto na economia brasileira.

No final da década de 60, começou-se a liberalizar as políticas de taxa de câmbio e de comércio, e, gradualmente, adicionou-se à política de substituição de exportações do passado políticas que visavam estimular as exportações. A taxa de câmbio se aproximou do equilíbrio, a proteção da indústria decresceu e as taxas explícitas de exportação sobre produtos agrícolas (incluindo-se confiscos e embargos) foram eliminadas. A política cambial procurou sustentar o poder de compra paritário da moeda brasileira, por meio de desvalorizações sucessivas, em bases randômicas, baseadas nas taxas de inflação relativas dos Estados Unidos, Europa e Brasil.

As mudanças da política comercial e cambial posicionaram o Brasil de modo que ele tirou vantagens de uma substancial desvalorização implícita de sua moeda, como consequência do decréscimo real do valor do dólar

¹ O trabalho foi apresentado num seminário do Ministério da Agricultura, em 2002.

² Regent Professor of International Economic Policy, University of Minnesota e Professor of International Trade and Investment Policy, University's Humphrey Institute of Public Affairs, Minneapolis

americano, no decorrer da década de 70. É verdade que houve duas desvalorizações discretas do dólar nesse período, mas em adição a esse importante fato, o dólar declinou de valor real, quase que continuamente, na década. Como a moeda brasileira estava amarrada ao dólar naquele período, ela sofreu uma desvalorização, em termos reais, relativamente a outros países. E o Brasil experimentou, no período, uma das mais rápidas taxas de desenvolvimento econômico, comparadas com qualquer outro país, alimentadas, pelo menos em parte, pelo crescimento das exportações, nelas incluindo-se os produtos agrícolas. Aquela experiência é uma lição sobre quão importante é a contribuição do comércio mais livre.

O desastre, contudo, espreitava na esquina. Como resposta a um grande aumento (quatro vezes) do preço do petróleo, pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opec – no final de 1979, o valor do dólar entrou, virtualmente, em queda livre, fazendo com que Paul Volcker, o presidente do U. S. Federal Reserve Board, retornasse imediatamente ao seu país, de uma conferência de fim de ano, na Europa, para impor uma draconiana mudança na política monetária americana. E, assim, o Federal Reserve, o Banco Central americano, parou de imprimir moeda para financiar o déficit muito elevado do Tesouro. Houve, como consequência, uma rápida elevação da taxa de juros, de valores reais negativos de 4% a 6%, para valores reais positivos, acima de 20%. E o dólar apreciou-se na mesma toada.

O Brasil, como a maioria dos países desenvolvidos, sofreu dois castigos: teve que refinarçar uma grande dívida internacional, em condições muito desfavoráveis, e com a desvalorização do dólar muito mais recursos nacionais foram empregados para comprar um dólar.

Em detalhes, o Brasil teve que refinarçar sua grande dívida internacional, que cresceu, rapidamente, nas décadas anteriores. Aquele débito estava em títulos de curto prazo, em

empréstimo, muitos deles pagavam taxas de juros negativas. De repente, o débito teve que ser financiado a taxas de juros reais muito mais altas. Esse problema inflou-se pelo fato de a moeda brasileira ter perdido poder de compra relativa à americana, o que significava que o Brasil tinha que abrir mãos de mais recursos domésticos para adquirir os dólares necessários para pagar a dívida internacional.

Cerca de quinze anos de caos econômico se seguiu, o que não foi surpresa, considerando-se o tamanho da dívida externa e o choque causado pela mudança de política monetária dos Estados Unidos. Em 1995, a economia começou a se estabilizar depois do fracasso de diversos planos heterodoxos. A moeda brasileira foi novamente amarrada ao dólar, suportada por uma política monetária e fiscal relativamente neutra. A inabilidade de eliminar o grande déficit das contas nacionais e de estabilizar os preços domésticos causaram a sobrevalorização do real. E, em 1999, o real foi, novamente, desvalorizado. Permitiu-se, então, o real flutuar, política que permaneceu até agora.

Essa visão geral sobre a experiência e políticas econômica brasileiras tem o papel de demonstrar os enormes choques que os formuladores de política, do Brasil e dos Estados Unidos, impuseram à economia brasileira, e, especialmente, a sua agricultura. Essa maneira de analisar é muito pertinente, porque muitos brasileiros desacreditam da habilidade do País de competir nos mercados externos. Considerando-se a grande instabilidade da política econômica brasileira nesse longo período e quanto as políticas domésticas que limitaram o acesso dos produtos ao mercado externo, não é de se maravilhar que a performance das exportações brasileiras não tenha podido ser nada mais que regular, numa base contínua. Em vez de questionar a capacidade de competir do país, os brasileiros devem maravilhar-se da sua habilidade de exportar tão bem como o fizeram, numa situação tão adversa.

Habilidade de competir no mercado externo

Fatores importantes

A habilidade de competir no mercado externo é o mais importante fator que determina a capacidade de o Brasil integrar-se à economia internacional, em nível global, na Organização Mundial do Comércio – OMC –, ou em níveis regionais, como na Área de Livre Comércio das Américas – Alca – e no Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul. Os fatores que influenciam o poder de competir devem modelar a estratégia de integração e negociação, bem como os termos, pelos quais ela é aceitável.

Existem poucas dúvidas sobre a habilidade de o Brasil competir nos mercados internacionais. Ele tem se saído muito bem nesse aspecto. Há alguns anos, os Estados Unidos dominavam o mercado internacional de soja. Hoje, o Brasil ocupa metade desse mercado. Há alguns anos, os Estados Unidos eram os senhores do mercado de suco de laranja congelado. Hoje, o Brasil é o principal exportador desse produto. Semelhantemente, o Brasil se apoderou de importante parte do mercado de frangos, e avança rapidamente sobre o mercado internacional de bife.

Taxa de câmbio

O valor do real, no mercado internacional de câmbio, é o fator mais importante que afeta a capacidade de competição da agricultura. A importância da taxa de câmbio nessa questão tem raízes no fato de que distorções da mesma equivalham às distorções do comércio. Uma taxa de câmbio sobrevalorizada corresponde a um imposto sobre as exportações e a um subsídio das importações. Já uma taxa de câmbio subvalorizada produz efeitos opostos: correspondem a um subsídio das exportações e a um imposto sobre as importações.

A despeito da importância das distorções do câmbio em moldar a competitividade

internacional de um país, a taxa de câmbio afeta a competitividade, mesmo que o mercado de câmbio não esteja distorcido. Por exemplo, uma moeda que emerge forte, como consequência de forte influxo de capital, pode resultar na *Dutch Disease*, a qual limita as exportações e facilita as importações. Da mesma forma, uma moeda fraca, que ocorre como consequência de o país experimentar grande saída de capital, pode melhorar a capacidade de o país competir internacionalmente.

A interação entre a taxa de câmbio e as distorções do comércio tende ser muito forte. Uma moeda forte ou sobrevalorizada tende induzir medidas protecionistas, por causa do subsídio implícito que facilita as importações. Semelhantemente, fortes medidas protecionistas induzem taxa de câmbio sobrevalorizada. O câmbio de valor próximo àquele de equilíbrio, naturalmente, reduz o incentivo ao protecionismo.

É possível verificar que o Brasil optou por uma estratégia de aumentar sua capacidade de competir internacionalmente. Há várias medidas em andamento, e a opção pelo câmbio flexível é a mais significativa delas. O câmbio flexível cuida de colocar o País em condições de responder, rapidamente, às mudanças do mercado de capital e do comércio internacional, e permite reter as vantagens competitivas já obtidas. É claro que a governabilidade do País é extremamente importante, considerando-se quão sensível é o mercado de capital.

Na época, a crise da Argentina representou um choque muito forte para o mercado de câmbio brasileiro. A grande desvalorização do peso argentino teve que ser absorvida pelo mercado de câmbio brasileiro. Essa desvalorização fará a Argentina mais competitiva naqueles produtos em que os dois países competem, *ceteribus paribus*.

Finalmente, o fortalecimento do dólar, que ocorreu na década passada, tem reduzido substancialmente a capacidade da agricultura americana de competir nos mercados internacionais. Mais recentemente, o dólar tem apreciado em relação ao yen e ao euro. Sugere-se que os

Estados Unidos vão ficar mais competitivos no mercado internacional.

Em parte, a sugestão é má colocada. Na base de uma ponderação em função do volume do comércio, o declínio do dólar é muito modesto, cerca de 1%. A questão é o que ocorreu com o valor relativo do dólar relativo ao real. Sem uma pesquisa mais detalhada, é difícil dizer, em termos relativos ao dólar ou a outras moedas relevantes à competição brasileira, se o real apreciou ou desvalorizou.

Mesmo sem a ajuda de mais pesquisa empírica, pode-se ter alguma confiança em afirmar que a Argentina se torne mais competitiva em relação ao Brasil do que foi num passado recente. Mas, convém ressaltar que, num ambiente de taxa de câmbio flexível, esse tipo de previsão incorre em muitas incertezas. Por isso, negociações objetivas exigem uma base empírica muito melhor do que a que o Brasil dispõe, e investimentos em pesquisa nesse campo têm taxa de retorno muito elevada.

Produtividade

A produtividade dos recursos de uma nação é, geralmente, discutida em pé de igualdade com a taxa de câmbio. São esses dois fatores, sobre os quais o país tem controle, que mais influenciam quão competitivo o Brasil é no mercado internacional. Na verdade, é a produtividade total dos fatores que conta, embora, muitas vezes ingenuamente, a discussão gira em torno de alguma medida de produtividade parcial, como a produtividade do trabalho para o setor industrial e a da terra para a agricultura.

Os custos comparativos são função, em grande medida, da produtividade, e eles são críticos para determinar o poder de competição do País. A importância da produtividade pode ser contrastada contra a visão popular ingênua que afirma serem as diferenças de salário determinantes da competitividade. Protecionistas dos Estados Unidos, por exemplo, mostram-se preocupados sobre os "50-cents" (salário do

terceiro mundo), como uma desvantagem para aquele país, porque os seus trabalhadores recebem salários muito mais elevados. A questão fundamental em tais comparações é o custo dos serviços do trabalho, e não os salários, e os custos são, ao mesmo tempo, influenciados pelo preço por unidade de serviço e pela produtividade.

A questão, do ponto de vista geral, é mais bem discutida em termos de uma nova tecnologia de produção. A nova tecnologia pode ser viesada em relação aos recursos que economiza, e, assim, ter impacto diferenciado sobre as produtividades parciais, mas a função de produção é, raramente, completamente separável. E, no caso de a função de produção não ser separável, a tendenciosidade depende de que nível de insumos se analisa, e, por isto, não se pode alcançar uma conclusão geral.

Dois fatores são de especial importância para se discutir a situação tecnológica do Brasil. Em primeiro lugar, o Brasil tem uma capacidade muito forte de gerar tecnologia de produção para o setor agrícola, e a Embrapa se destaca como uma instituição nacional, de respeito internacional. Ainda há competências regionais, como o Instituto Agrônomo de Campinas, as universidades e o setor privado. O desenvolvimento da pesquisa do setor privado, em parte, é o resultado de uma política aberta de direitos de propriedade intelectual. Essa impressionante competência em ciências agrárias tornou o Brasil capaz de produzir uma corrente de novas tecnologias que garantem um elevado nível de competitividade no mercado internacional.

O segundo fator é que as descobertas tornaram possível aprender como usar os solos tropicais, como os cerrados. Pesquisadores da Embrapa não só descobriram como usar esses solos muito efetivamente, com elevada produtividade, mas, também, desenvolveram cultivares de soja e milho que aumentaram significativamente a capacidade de o Brasil competir nos mercados internacionais. Vastas áreas desses solos já são cultivadas, mas há,

ainda, alguns milhões de hectares de terra adicional que podem ser explorados. O potencial de o Brasil competir no mercado internacional de produtos agrícolas é, portanto, muito grande, quando se debruça sobre o novo milênio.

A revolução tecnológica da agricultura brasileira é ainda mais geral e ampla e ultrapassa os limites das tecnologias que desenvolveram os cerrados. A nova tecnologia, por exemplo, de gado de corte do Centro-Oeste, é impressionante. Em adição à tecnologia de pastagens melhoradas, que aumentam a produtividade da terra, destaca-se o cruzamento do zebu com raças europeias, a transferência de embriões, a inseminação artificial e a alimentação no período seco do ano, de baixo custo, que resultam em animais de corte vigorosos que podem ser abatidos com 18 meses de idade, um imenso ganho de produtividade, quando comparado com o passado recente.

Há, ainda, uma questão de competitividade internacional de grande relevância no momento. Tudo indica que há uma mudança importante nas vantagens comparativas em evolução na economia internacional. A mudança é no setor manufatureiro da agricultura e nos países desenvolvidos em comparação com aqueles em desenvolvimento, e, nesse respeito, há muitas oportunidades para o Brasil.

No período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial, os países em desenvolvimento, em linhas gerais, tinham vantagens comparativas na agricultura e aqueles desenvolvidos na indústria. As evidências se acumulam para mostrar que esse fundamento de vantagem comparativa está mudando, em grande parte em razão do novo padrão de investimentos. Os países em desenvolvimento vêm investindo em educação de forma crescente e contínua, e esses investimentos têm grande importância para criar uma força de trabalho adaptada à manufatura. Em conseqüência, a produtividade do trabalho dos mesmos cresce relativamente à dos países desenvolvidos. Muitos países em desenvolvimento, e não é o caso do Brasil, têm

investido pouco em pesquisa agrícola, aumentando o fosso tecnológico em relação aos desenvolvidos, enquanto estes têm sustentado os aportes de recursos para as ciências agrárias.

O resultado dessa confluência de tendências é que os países em desenvolvimento estão desenvolvendo vantagem comparativa na indústria intensiva em trabalho, e os países desenvolvidos tornam-se mais competitivos na agricultura, embora os elevados subsídios tendam a ofuscar a conclusão, mas não quando se consideram comparações, no tempo, dentro do mesmo patamar de proteção. O que não deixa de ser uma virada de cabeça para baixo, do mundo. Mas, muita pesquisa precisa ser feita para melhor estudar essas transformações.

Para o Brasil essas transformações são muito importantes. Naquelas partes do mundo em desenvolvimento, nas quais se falha em investir em pesquisa agrícola, e a população e a renda per capita disponível crescem a taxas mais elevadas, a produção agrícola crescerá, potencialmente, menos que a demanda. Do ponto de vista de estratégia de política econômica, é saber se os países desenvolvidos têm a capacidade de responder à demanda crescente, dado que constituem uma pequena parcela da produção agrícola mundial. Nesse sentido, o Brasil tem uma oportunidade fantástica. Basta que o Brasil continue investindo em pesquisa agrícola e desenvolva políticas de exportação e de câmbio racionais que possam tirar grandes vantagens do mercado internacional.

É verdade que se precisa aprofundar a análise desses pontos, rigorosamente, do ponto de vista teórico e empírico, para melhor destrinchar as linhas gerais e detalhar as especificidades.

Políticas agrícolas e de comércio de outros países

O Brasil, como outros países em desenvolvimento, sofre as conseqüências da política agrícola e de comércio de outros países. Em anos recentes, as políticas da União Européia e dos Estados Unidos têm sido muito

importantes. Nesses dois grupos de países, forças políticas empurraram os preços para um nível bem acima daquele capaz de igualar a demanda e a oferta. O excesso de produção acumulada é, então, eliminado por intermédio de programas como ajuda alimentar para os países em desenvolvimento, programas domésticos de distribuição de alimentos e subsídios de exportação implícitos e explícitos.

Os subsídios dos Estados Unidos e Europa diferem substancialmente. A União Européia tende a usar subsídios explícitos às exportações, enquanto os Estados Unidos usam subsídios implícitos às exportações, que são muito mais perniciosos, inerentes a pagamentos aos produtores, como um meio direto de subsidiá-los. No entanto, a União Européia e os Estados Unidos convergem, quanto à política de subsídio às exportações, sendo que a União Européia está se movendo rapidamente para arranjos de pagamentos aos produtores. Pagamentos aos produtores, na medida em que são estabelecidos bem acima do nível de equilíbrio, tendem a fazer a oferta crescer acima dos níveis que os preços eficientes induzem. A não ser que haja um piso para os preços, obviamente garantido pelo governo, os preços vão declinar. A racionalidade econômica para essas políticas é que a maior oferta que chega aos mercados força os preços para baixo daquele nível que, normalmente, teria acontecido. E os consumidores se beneficiam, assim, dos subsídios aos produtores.

O problema com essas políticas é que elas constituem um subsídio implícito às exportações. Os preços mais baixos do mercado interno ajudam o País a competir, com vantagens, no mercado externo. Para uma economia do tamanho dos Estados Unidos e considerando-se a importância de suas exportações, o impacto do subsídio pode ser muito significativo. Os produtores dos países em desenvolvimento pagam um preço muito alto por causa desses subsídios implícitos, porque parte do mercado internacional lhes é tomado.

Os países em desenvolvimento estão muito preocupados com a política agrícola

recente dos Estados Unidos, como cristalizada no Farm Bill. O dispêndio adicional projetado preocupa, não somente porque os preços internacionais declinarão, mas sobretudo porque a queda será enorme nos mercados para os quais os países em desenvolvimento exportam.

Embora a recente legislação apresente-se como capaz de distorcer o comércio, uma palavra acauteladora merece ser dita. A legislação é expressa de tal modo que os dispêndios sejam limitados pelas restrições imposta pela rodada de negociações do Uruguai. As restrições estabelecem um limite real para os gastos, e, por isso, devem ajudar a reduzir as conseqüências negativas do Farm Bill.

Existe outra importante característica da política do comércio internacional, que é a importância do programa de ajuda alimentar. Essa assistência econômica vem se tornando politicamente importante no mundo desenvolvido e ainda mais significativa, quando os preços domésticos declinam nos países exportadores. A ajuda alimentar tem-se tornado cada vez mais importante, como um componente da ajuda internacional dos países desenvolvidos.

A despeito do esforço de reduzir o impacto da ajuda alimentar nos mercados, é difícil deixar de classificar esse tipo de ajuda pelo que realmente é – *dumping* legalmente justificado. A “qualidade” do *dumping* piorou significativamente pela monetização da ajuda. Ela envolve vender os produtos diretamente nos mercados, e os resultados da venda são usados para sustentar as políticas de desenvolvimento dos governos beneficiados. Como resultado, os preços dos produtos declinam nos mercados locais, o que é péssimo para os agricultores.

Esse tipo de ajuda não necessita ter os efeitos negativos aludidos, por que os produtos podem ser introduzidos sem ter efeitos tão depressivos sobre os preços domésticos. A restrição política, contudo, é que as organizações não-governamentais – ONGs – se alimentam da monetização. Elas, para seu próprio benefício, encorajam a monetização, e tem sido bem sucedidas nesse aspecto.

A fim de concluir esta seção, é preciso destacar que os preços dos produtos agrícolas devem subir com a liberalização do comércio mundial. A experiência do setor industrial é que a liberalização do comércio resultou na queda dos preços. No caso da agricultura, o resultado será o oposto, por causa da imensa distorção que as políticas agrícolas americanas e da União Européia trouxeram.

A participação, em blocos, de comércios regionais

A participação, em blocos, de comércios regionais pode ter um efeito significativo sobre a capacidade de o País competir internacionalmente. O bloco regional de interesse imediato para o Brasil é o Mercosul, do qual fazem parte o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

É ainda uma questão aberta qual será o impacto do Mercosul na competitividade do Brasil no mercado internacional. Ao contrário da Área de Livre Comércio dos Países da América do Norte – Nafta –, os países do Mercosul fizeram crescer as barreiras contra os não-membros, enquanto as reduziram dentro do bloco. Como consequência, cresceu o comércio dentro do bloco. O acordo, portanto, parece criar comércio. Ao mesmo tempo, o acordo redireciona o comércio. Assim o crescimento do comércio não é de acordo com as vantagens comparativas, o que sugere que comércio adicional não seja eficiente do ponto de vista econômico.

Políticas econômicas domésticas têm sido manipuladas desde o estabelecimento do Mercosul, em resposta a pressões internas. Ainda, as distorções do mercado de câmbio, em primeiro lugar do Brasil e depois da Argentina, distorceram grosseiramente os fluxos do comércio. Separar o joio do trigo, quanto à magnitude e à direção das distorções, precisa ser prioritário nas estratégias das negociações internacionais, e muita pesquisa precisa ser feita para entender o efeito sobre a competitividade, em termos globais, dos países membros do Mercosul.

Especialização internacional

Quando é permitida uma divisão setorial e especialização do trabalho, o comércio internacional pode ser uma poderosa fonte de crescimento. A adequada divisão e especialização do trabalho é entre os setores, e não em relação aos membros da força de trabalho, como em Adam Smith. Essa divisão e especialização da força de trabalho eliminam as restrições ao crescimento econômica do tamanho do mercado. Ao contrário, no mercado internacional não há limites para o crescimento econômico, uma idéia iluminadora e motivadora.

No caso do Brasil, a especialização é bastante avançada. No caso do Estado de São Paulo, cerca de cinco produtos respondem 80% de suas exportações agrícolas. Certamente, trata-se de uma forte especialização, e ganhos substanciais de eficiência estão em curso ou já foram realizados.

A estratégia de negociação

O Brasil necessita de aprimorar sua capacidade negociadora, embora já tenha dado importantes passos nessa direção. O País tem talentos para desenvolver uma excelente capacidade para negociar na OMC e na Alca. Mas, os talentos estão dispersos no imenso território e em muitas instituições. Meios precisam ser encontrados para juntar os talentos e dar-lhes condições para, numa colaboração efetiva e eficiente, fortalecer a capacidade negociadora do País. A Embrapa pode ancorar esses talentos, sem fazer seus quadros crescerem, apenas criando condições para o trabalho da equipe.

O ponto principal a ser enfatizado é criar uma capacidade analítica para dar apoio efetivo ao Ministro da Agricultura, quando negocia os interesses do Brasil e de sua agricultura. Outros países têm desenvolvido grande competência no intuito de realizar pesquisa analítico-empírica para substanciar suas negociações, em comparação com os quais o Brasil se amesquinha, não porque não tenha talentos,

mas por não ter se interessado em juntá-los, numa agenda-trabalho adequada, e ampará-los sob o guarda chuva de uma organização como a Embrapa.

Amparado por uma competência analítica, o Brasil deve liderar as negociações em nível da OMC e da Alca. No passado, a liderança foi exercida pelos Estados Unidos, a fim de promover a liberalização do comércio. Os níveis de proteção dos Estados Unidos são agora tão baixos que esse país tem pouco a ganhar com níveis ainda maiores de liberalização. Ainda mais, sua dependência no comércio internacional cresceu substancialmente no decorrer dos anos, de modo que se tornou mais protecionista em anos recentes.

Parte do protecionismo americano é consequência da sobrevalorização do dólar, a qual corresponde à cerca de 50%, nos últimos quatro anos. A tendência do valor do dólar, certamente, exercerá um papel importante no tipo de liderança daquele país nas negociações internacionais.

A chave para desenvolver uma estratégia de negociação efetiva é entender as oportunidades e as restrições da economia internacional. O Brasil deve ser capaz de tirar vantagens das pesquisas dos Estados Unidos sobre o comércio internacional. É uma questão de revisão de literatura, na maioria dos casos. É melhor separar a revisão em dois relatórios, um sobre as oportunidades e o outro sobre as restrições.

A etapa seguinte deve identificar os benefícios potenciais e custos específicos das medidas possíveis de liberalização do comércio. A análise deve-se restringir às melhores oportunidades, e darão base científica, tanto teórica como empírica, para o esforço de negociação. Os custos das medidas são tão importantes quanto os seus benefícios, porque são fundamentais para identificar o apoio e a oposição às propostas.

Por último, o Ministério da Agricultura e a Embrapa devem liderar a mobilização de talentos para o estudo das questões do comércio

internacional. Em curto prazo, é preciso mobilizar cerca de doze economistas agrícolas e de formação em economia, dedicados ao comércio internacional, e lhes dar o suporte necessário. Eles podem reunir-se periodicamente, sob o comando de uma agenda bem focalizada, levando-se em conta as interações com o Itamarati.

As negociações para serem produtivas requerem a participação efetiva do setor privado. Um comitê assessor técnico (CAT) deve ser estabelecido para dar suporte aos negociadores e às negociações. O CAT deve interagir com o grupo de especialistas, numa base regular. O setor privado traz conhecimentos particularizados e críticos que são de sua exclusividade.

Agenda de pesquisa

A preparação e a implementação de uma estratégia de negociação requerem substancial adição ao estoque de conhecimento, no que se refere aos níveis de produtividade, à dinâmica da agricultura e aos fatores que influenciam a produtividade. Limita-se à agenda de pesquisa, deixando-se de lado a metodologia e os procedimentos necessários à sua implementação.

1. São necessários dados sobre o valor real das principais moedas dos países com os quais o Brasil mantém comércio. Os dados devem ser usados para testar hipóteses sobre distorções do comércio e sobre os fatores que afetam as taxas de câmbio.

2. É importante ter dados sobre as tendências da produtividade da agricultura brasileira relativa aos países competidores. Um dos usos deles é entender as vantagens comparativas da agricultura ante a indústria.

3. É essencial analisar os efeitos da recente legislação americana e européia sobre a competitividade da agricultura brasileira. O alcance que tem os programas que afetam os produtos da agricultura americana de constituírem-se num subsídio implícito às exportações e vulto deles. Esse conhecimento é muito valioso.

4. Analisar cuidadosamente até que ponto o Mercosul cria comércio ou o distorce. Os resultados dessa análise, no que tange à integração do comércio, são muito importantes para melhor se conhecer como a habilidade brasileira de competir internacionalmente é influenciada pelo Mercosul.

5. É preciso conhecer melhor como se especializa a agricultura brasileira e em que grau, para se entender as tendências de crescimento da mesma. Da mesma forma, dados sobre o grau de especialização dos

parceiros comerciais brasileiros são importantes para se entender as tendências das produtividades de suas agriculturas e o padrão de comércio que emergirá.

6. Informações sobre os movimentos de liberação do comércio são de enorme relevância para se desenvolver a estratégia brasileira de liberação do comércio. A análise das informações deve ser organizada em torno de movimentos específicos e objetivar conhecer os seus benefícios e custos.